

# CONTENÇÃO E TRANS- GRESSÃO

**AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS  
E O ESTADO NAS TRANSIÇÕES  
ESPAÑHOLA E PORTUGUESA**

**RAFAEL DURÁN MUÑOZ**

**PREFÁCIO DE ANTÓNIO COSTA PINTO**

**PRÓLOGO DE ROBERT FISHMAN**

**TRADUÇÃO DE CRISTINA RODRIGUEZ E ARTUR GUERRA**

---

LISBOA  
TINTA-DA-CHINA  
MMXXIII

# ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	11
ÍNDICE DE GRÁFICOS	12
SIGLAS UTILIZADAS	13
PREFÁCIO, por António Costa Pinto	15
PRÓLOGO, por Robert Fishman	17
APRESENTAÇÃO	23
Capítulo 1	
ESTUDO COMPARADO SOBRE AÇÃO COLETIVA, ESTADO E MUDANÇA DE REGIME	27
Capítulo 2	
DADOS E NOTAS DA CONFLITUALIDADE LABORAL	55
2.1. Descrição da conflitualidade	57
2.1.a Dois casos ilustrativos	63
2.2. Quantificação da conflitualidade	69
2.2.a A realidade conflitual radical em números	75
Capítulo 3	
UMA PROPOSTA EXPLICATIVA DESMISTIFICADORA	81
3.1. Recursos institucionais	84
3.2. Organização formal: submissão vs. autonomia	91
3.3. Reivindicações e motivações da conflitualidade	100
Capítulo 4	
AFINIDADES DISCURSIVAS, INTERPRETAÇÕES DÍSPARES	111
4.1. Discurso da liberdade e da democracia	117
4.2. Discurso da moderação	123
4.3. Discurso da lei e da ordem	129
4.4. Entre a retórica e a ação: o paradoxo perante o saneamento	134
4.5. A retórica do poder: um paradoxo?	138

## Capítulo 5

### ESTADO E TRANSGRESSÃO:

<b>VAZIO DE PODER NA CONFIGURAÇÃO DAS PERCEÇÕES</b>	<b>143</b>
5.1. O 25 de Abril: libertação e reconhecimento entusiástico da <i>auctoritas</i>	148
5.2. Justificação operária da <i>desordem</i>	152
5.3. O <i>vazio de poder</i> na configuração das perceções	157
5.3.a. A perceção e os seus protagonistas	157
5.3.b. Intervenções que não constroem	161
5.3.c. Intervenções suscetíveis de moderar as mobilizações	164
5.4. 25 de Novembro: mudança de perceções. Conclusões	171

## Capítulo 6

### ESTADO E CONTENÇÃO: PERCEÇÃO DA FRANJA DE TOLERÂNCIA

6.1. Poder sancionador	183
6.2. Intervenção efetiva	185
6.3. Suscetibilidade da coerção	197
6.4. Constrangimento positivo, da realidade tangencial à conflitualidade laboral	200
6.5. Constrangimento positivo da ação sindical	202
6.6. A atitude empresarial, constrangimento do Estado	203
6.7. Conclusões	206

## Capítulo 7

### O REGRESSO AO PASSADO COMO FUTURO:

<b>MULTIDIMENSIONALIDADE DO ESTADO E AÇÃO COLETIVA</b>	<b>211</b>
7.1. Espanha: a involução e a guerra civil como referências	214
7.1.a. Da desordem à reação	216
7.1.b. A ordem dos atentados	217
7.1.c. O Exército, instrumento e agente da involução	219
7.1.d. Debilidade multidimensional do Estado	225
7.1.e. Recapitulação	227
7.2. Portugal: o risco que não constroem	229
7.2.a. Confirmação de perceções: o 28 de Setembro	231
7.2.b. Confirmação de perceções: o 11 de Março	235
7.2.c. A crise governamental de julho e a escalada reacionária	236
7.2.d. VI Governo Provisório: inversão de perceções. Recapitulação final	238

<b>CONCLUSÕES</b>	<b>241</b>
<b>ANEXO</b>	<b>255</b>
<b>NOTAS</b>	<b>259</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>301</b>

## PREFÁCIO

ANTÓNIO COSTA PINTO

Este livro do politólogo espanhol Rafael Durán Muñoz representa um pioneiro e rigoroso estudo comparativo dos movimentos sociais nas democratizações portuguesa e espanhola. O estudo enquadra-se numa série de trabalhos importantes que foram produzidos por uma instituição privada, que foi central no desenvolvimento da comunidade académica de estudos políticos em Espanha: o Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales da Fundação Juan March. Este excelente centro de investigação publicou os mais importantes estudos comparativos sobre a dinâmica de mudança política e social em Portugal e Espanha, como *Los Partidos políticos en Grecia, Portugal y España ante la Comunidad Europea: explicación comparada del consenso europeísta español*, de Berta Álvarez de Miranda (1995), ou *El Proceso de reforma del sector público en el sur de Europa: estudio comparativo de España y Portugal*, de Maria Asensio Menchero (2001), entre outros.

A democratização portuguesa foi caracterizada por uma importante e por vezes decisiva dinâmica de radicalização de movimentos sociais, perante a democratização espanhola. Ao contrário da «rutura pactuada» de Espanha, Portugal viveu uma transição sem negociações ou pactos entre a elite ditatorial e as forças da oposição. No entanto, não hánexo causal direto entre essa descontinuidade marcante e a radicalização subsequente: outras transições por rutura, como a da Grécia em 1975, não conduziram a crises de Estado comparáveis. A simultaneidade dos processos de democratização e descolonização constituiu um dos fatores que contribuíram para a crise. Todo o processo representou um marco no ativismo da sociedade civil e contou com a participação de sindicatos e comissões de trabalhadores, pequenos partidos políticos de diversas ideologias de esquerda e extrema-esquerda e segmentos do MFA.

Muitas análises da transição enfatizam, com razão, a forte «revitalização da sociedade civil» como um fator conducente ao processo de radicalização, como sublinhou P. C. Schmitter. É importante notar, no entanto, que essa mobilização se desenvolveu paralelamente e sob a cobertura protetora de segmentos do MFA — aliás, é difícil imaginá-la a ocorrer de outra forma. Ao realizar este estudo comparativo sobre a dinâmica dos movimentos sociais em

Portugal e em Espanha durante as democratizações, Durán Muñoz encontra uma explicação para o impacto diferenciado entre a radicalização dos movimentos sociais em Portugal *versus* a sua ausência em Espanha: essa diferenciação resultou não tanto do poder detido por cada Estado, mas sobretudo das suas naturezas distintas, bem como do modo como os movimentos sociais percecionavam a crise em Portugal e a resposta unificada em Espanha.

Com base na sua tese de doutoramento, com o título original *Acciones colectivas y transiciones a la democracia: España y Portugal, 1974-1977*, este livro, agora em versão revista e desenvolvida, é finalmente publicado em Portugal.

## PRÓLOGO

ROBERT FISHMAN

O livro de Rafael Durán é um exemplo magnífico do método comparativo aplicado à ciência política e uma análise convincente da história recente de Espanha e Portugal. O leitor encontrará nestas páginas um estudo sistemático e original do momento fundacional das duas democracias ibéricas. A obra oferece um estudo empírico exaustivo, uma ligação constante com as perspectivas teóricas relevantes, e sobretudo uma interpretação clarificadora dos dois casos de transição, que só é possível graças à comparação que é estabelecida entre eles. O resultado é uma obra que será de considerável interesse para politólogos, estudantes de Ciência Política e muitas outras pessoas e estudiosos interessados nas transições e na mobilização social. O trabalho de Durán terá seguramente o seu impacto intelectual tanto dentro como fora de Espanha.

O contraste entre as duas transições da península ibérica, quanto à dimensão estudada em *Transgressão e Contenção*, parece marcar a fronteira entre dois momentos ou espíritos da esquerda europeia. No primeiro caso, ainda se sonha com a visão clássica de alguns setores da esquerda centrada na revolução operária e na transformação profunda das relações de poder no sistema de produção e no conjunto da sociedade. No segundo caso, a esquerda e o movimento operário contribuem de uma forma fulcral (juntamente com outros atores políticos e sociais) para a pressão social e para as negociações políticas que confluem na transição democrática, mas a esquerda e o movimento operário também se autotransformam ideologicamente e se autolimitam nas suas reivindicações e táticas. Se o comportamento popular e as mobilizações operárias, no caso português, fazem recordar várias experiências revolucionárias da primeira metade do século e despertam a esperança de alguns setores de esquerda de que o momento revolucionário não ficará relegado para a história, por sua vez, o papel desempenhado pela esquerda e pelos trabalhadores na transição espanhola parece um presságio da rejeição cada vez maior desse modelo revolucionário por parte da esquerda num país após outro. O que impressiona é que este contraste fundamental entre duas orientações profundamente diferentes das esquerdas europeias ao longo do século XX, no caso da Península Ibérica na década de 1970, se manifesta com a única linha divisória da fronteira de Estado entre Espanha e Portugal e uma distância cronológica

de apenas dois anos. Poucas vezes se consegue detetar, numa separação cronológica tão reduzida, uma divisão histórica tão profunda.

Este contraste, que poderá ser apenas curioso para muitos observadores e estudiosos, é, para Rafael Durán, o problema analítico central do seu livro. A aproximação explicativa inicial de muitos estudiosos perante esta problemática seria provavelmente a tentativa de atribuir as diferenças no comportamento popular a um contraste nas reflexões ideológicas da esquerda portuguesa e espanhola sobre o contexto internacional, associado à diferença clara no nível de desenvolvimento socioeconómico dos países ibéricos. Tendo por base um estudo empírico rigoroso e uma análise teórica cuidadosa, Rafael Durán formula uma explicação bem diferente, centrada sobretudo na situação no interior das instituições do Estado nos dois países, bem como na percepção, entre os trabalhadores, dessa situação. As reflexões e posições ideológicas, tanto dentro das forças políticas de esquerda como no interior das instituições do Estado, são muito menos relevantes para a explicação dos factos do que vulgarmente se possa pensar. O contributo de Rafael Durán oferece-nos uma explicação não só convincente na sua lógica como também firmemente baseada na investigação.

A comparação rigorosa empreendida por Rafael Durán destaca-se, entre outras razões, pelo pouco que se assemelham os dois países vizinhos da Península Ibérica. Quando o caso espanhol é estudado num quadro comparativo, normalmente os pontos de referência e contraste são outros. Quanto ao caso português, por outro lado, é claro que é dos países da União Europeia menos estudados. Com a importante exceção do período da Revolução dos Cravos, normalmente os especialistas na política ou na sociedade portuguesa só abordaram as suas experiências. Se há cada vez mais relação entre Espanha e Portugal no mundo económico, o mesmo não se pode afirmar da investigação universitária e comparativa. O livro de Rafael Durán oferece-nos um exemplo claro da utilidade e da viabilidade que podem resultar da comparação das duas experiências ibéricas. A combinação de muitos traços em comum com vários fatores diferenciadores permite-lhe identificar as causas de resultados divergentes. Nem um estudo monográfico sobre Espanha (ou Portugal), nem uma comparação com outro país menos apropriado do ponto de vista do desenho comparativo lhe permitiria tirar conclusões tão claras e convincentes como as que o leitor encontrará neste livro. O estudo de Rafael Durán poderá ser perfeitamente citado como um exemplo ilustrativo num manual sobre o método comparativo.